

Opinião

NOSSA OPINIÃO

AS SANTACASAVABEM, OBRIGADO!

Em julho, a São Bento Saúde assumiu a administração da Santa Casa de Tatuí. Neste período de gestão, as contas do hospital público tatuiano melhoraram de acordo com as respostas dadas na entrevista que frei Bento concedeu ao Jornal Integração. Há algum tempo, o hospital tatuiano saiu da pauta da imprensa e deve voltar às páginas quando os novos administradores prestarem contas de seu trabalho no prazo de 90 dias, como ficou acordado entre a empresa e a Prefeitura.

As respostas apresentadas pelo frei Bento e seu assessor Carlos Eduardo de Camargo deixam claro que a dinâmica empregada para mudar o sistema de gestão da Santa Casa e cortes de gastos começam a dar resultados positivos. Em julho, frei Bento afirmou que o pagamento de médicos provocava déficit na Santa Casa. Neste período, reviu seu conceito e afirma que "analisando o contexto real, com isso, hoje podemos informar que os pagamentos Médicos estão dentro da realidade adotada por hospitais no Brasil e em alguns casos os valores praticados por nós estão abaixo dos valores trabalhados em nossa própria região". Na reunião para mudança da gestão, a Santa Casa apresentava uma dívida de R\$ 18 milhões. Hoje chega-se à preocupante conclusão que são R\$ 21 milhões. E não precisa de nenhuma bola de cristal para descobrir como chegou a esta situação.

Outra questão de suma importância. Com a saída de Unimed Tatuí, a Santa Casa perdeu receita de R\$ 300 mil mensais, segundo declarações do próprio frei. Este semanário, há algumas edições, publicou entrevista com o administrador Carlos Eduardo Camargo. Ele informou que a Maternidade estabeleceu convênio para prestar serviços de obstetrícia ao hospital de Cerquilho. Já que o sistema ficaria ocioso com a saída da Unimed, porque não se pensou nisto antes? Precisou vir alguém de fora para enxergar as possibilidades de aumentar o fluxo de caixa para tentar cobrir um déficit provocado pela saída da Unimed. E a nova administração, sem nenhum passe de mágica, garante que dentro em breve vai haver um aporte de R\$ 220 mil nas contas do hospital com uma pequena ação de seus advogados e seu administrador profissional, aliás, com curso de extensão universitária na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Outra questão que deve ser esclarecida é a respeito da colaboração da Prefeitura de Tatuí com a Santa Casa. Quanto efetivamente o hospital recebe de verba pública municipal? A resposta foi curta e grossa: 60%. Este percentual refere-se a que valor? Há algum tempo, o Diário Oficial do Município divulgou que a Prefeitura repassava R\$ 18 milhões para a Santa Casa. Só esqueceu de informar que grande parte deste valor provém do SUS e convênios estaduais, dinheiro que obrigatoriamente deve passar pelos cofres públicos municipais. Segundo um membro da Provedoria, a divulgação irresponsável deste valor hipotético pelo Departamento de Comunicação da Prefeitura somente contribuiu para agravar a situação do hospital. Este diretor disse que a notícia só prestou desserviço à Santa Casa. Ninguém mais queria contribuir com o único hospital público depois de divulgado este valor. E, finalmente, outra situação que precisa ser esclarecida e divulgada em balanço mensal é a despesa com pronto socorro. Este setor provoca déficit ou lucro nas contas hospitalares? A São Bento Saúde veio com a fama de assumir Santas Casas na "UTI" e colocá-las sã e salvas.

Como se trata de um hospital público, destinado a pacientes do SUS, é necessário mostrar com números tudo o que se passa com as verbas da Santa Casa. Durante a administração do advogado José Rubens do Amaral Lincoln, que permaneceu dez anos na Provedoria da Santa Casa, tudo era esclarecido. Dr. Lincoln, mensalmente, através da imprensa, publicava um balanço com todas as receitas, despesas e doações ao nosso hospital.

A título de sugestão, a São Bento Saúde, mensalmente, poderia publicar no Diário Oficial do Município, sem nenhum ônus para o hospital, o balanço das atividades financeiras. Desta forma a população pode acompanhar onde é gasto o dinheiro que o SUS, Governo do Estado e a Prefeitura Municipal injetam na Santa Casa.

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

"Fora, Dilma!", não é tudo
o que o PT mais receia,
mas, sim, que o sapo barbudo
tá mais perto da cadeia!

Por que, às vezes, nos ocorre
de alguns fatos esquecer?
- É a memória que morre,
para nos deixar viver.

Tua face em minha face...
Tua mão em minha mão...
Tudo foi breve e falace,
no sopro de uma ilusão!...



DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins

e-mail: martins_32@terra.com.br

HÁBITOS DO BRASILEIRO – Crise muda hábitos do brasileiro, que procura se adaptar à nova realidade da economia.

PMDB COBRA DE DILMA CORTE DE GASTOS ANTES DE AUMENTAR CARGA TRIBUTÁRIA – Nosso comentário: É essencial que o corte de gastos preceda o aumento dos impostos. Só que cabe aos partidos, todos eles, deixarem de lado o famoso "toma lá, dá cá".

SERVIDORES REAGEM A ADIAMENTO DE REAJUSTE – Nosso comentário: Se ninguém quiser abrir mão de nada, não sairemos do caos em que nos encontramos.

FGTS BANCARÁ CASA PARA OS MAIS POBRES – Segundo estatística, a faixa dos mais pobres é a maior inadimplente do "Minha Casa Minha Vida". Nosso comentário: Não cabe ao FGTS (que é dinheiro do trabalhador) suportar este prejuízo. Sempre fomos contrários. O Governo que se vire com outra fonte de recursos

AINDA SOBRE O FGTS – Arrecadação do Fundo recua 24,52% na diferença entre depósitos e saques. É o menor valor desde 2011.

CHICO BUARQUE SE OPÕE A MUDANÇAS NO PRÉ-SAL – Nosso comentário: Estamos saudosos de suas excelentes músicas. Deixe o pré-sal para os economistas...

COMO É QUE PODE? – Reitor e vice-reitor da UNESP recebem salários acima do teto constitucional.

IMPACTO DA PAUTA-BOMBA É ESTIMADO EM R\$ 284 BILHÕES – Pelo menos 19 projetos no Congresso Nacional elevam gastos e causam perda de receita do governo. Nosso comen-

tário: E ainda querem que o ajuste fiscal dê certo!

GOVERNO PRECISA AGIR COM RAPIDEZ PARA EVITAR UM NOVO REBAIXAMENTO – Especialistas avaliam que o governo deve mostrar compromisso com o ajuste fiscal, pois se uma outra agência rebaixar o País, a recessão em curso se aprofundaria, com o aumento no custo do crédito, alta do dólar e, por tabela, da inflação.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MANDA CENTRAL NACIONAL UNIMED ASSUMIR CLIENTES DA PAULISTANA – Que não forem assistidos pela rede credenciada.

A CRISE É ECONÔMICA OU POLÍTICA? – É lamentável, mas estamos passando pelas duas! Ambas se complementam, aumentando ainda mais nossas dificuldades. Resumindo, estamos em grave crise e sair dela não será nada fácil, exigindo colaboração de toda a população. É famosa a frase "Deus é brasileiro". Precisamos mesmo e urgentemente de uma ajuda divina...

E A CPMF? SAI OU NÃO SAI? SERÁ DE 0,20 OU DE 0,38? – Essa ideia dos 0,38% é para garantir aprovação ou destinar, de verdade, 0,18% aos Estados e Municípios?

ABSURDO DOS ABSURDOS – A Petrobrás (que todo mundo está cansado de saber, está pré-falimentar, com suas ações em Bolsa chegando a oito reais, quando já foram de trinta reais) está pretendendo gastar R\$ 70 milhões para promover uma reforma nas instalações atuais de sua Diretoria Executiva. Nosso comentário: Juízo, minha gente!

Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana.

CPMF E O AJUSTE FISCAL

* Marcos Cintra

A CPMF surgiu tendo como base a proposta do imposto único, apresentada em 1990. A ideia era criar um tributo sobre a movimentação financeira para substituir vários dos tributos de natureza declaratória. Ocorre que a proposta original foi desvirtuada e o que era para ser único virou mais um imposto. Porém, a experiência da CPMF foi extremamente positiva e serviu para desmentir uma série de previsões negativas que os críticos dessa forma de tributação fizeram quando da sua discussão.

A CPMF se revelou um bom tributo. Mostrou ótima produtividade quando comparada sua baixa alíquota com a arrecadação gerada, seu custo administrativo para o governo e para as empresas foi muito baixo quando comparado com os tributos tradicionais, foi eficiente no combate à sonegação e estudos mostraram que se trata de um tributo uniforme, não é regressivo como se afirmava. Um estudo da Receita Federal de 2001 ("CPMF – Mitos e Verdades sob as Óticas Econômica e Administrativa") e um artigo do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, quando era secretário da Fazenda do Rio de Janeiro em 2007 ("CPMF gera menos distorções na economia que outros tributos"), relatam as qualidades da CPMF.

Sua extinção em 2007 se deu por razões políticas e não técnicas. Quanto à necessidade de sua volta, cumpre dizer que o ajuste fiscal em andamento carrega um vício que precisa ser combatido: a elevação de tributos sempre que há necessidade de equilibrar o orçamento público. O ajuste deve se dar cortando despesa e não aumentando a carga tributária, que é alta quando se considera a renda per capita brasileira.

A volta da CPMF será bem-vinda se ela for usada para começar a substituir alguns

dos atuais tributos, tal como foi idealizada no projeto do imposto único. Ela poderia ser criada em conjunto com a PEC 474/01, que institui o Imposto Único Federal, e que está parada no Congresso desde sua aprovação no ano de 2002 pela Comissão de Reforma Tributária, que a analisou na Câmara dos Deputados. Dada a qualidade comprovada desse tipo de imposto, haveria impacto positivo sobre todos os agentes produtivos e o poder público. Ganhariam os trabalhadores e os consumidores

por conta da elevação da renda disponível e poder aquisitivo, ganhariam as empresas em função da redução dos custos tributários e administrativos e ganharia o poder público pelo combate à evasão de arrecadação e queda expressiva nos custos com a fiscalização.

Mas é preciso reconhecer que, apesar de não ser favorável a aumentar ainda mais a carga tributária, a CPMF deveria sim ser reinstituída no País se esta for a única alternativa viável. Os oito primeiros meses do ano mostraram que o governo é fraco, que o Congresso é populista e que a sociedade brasileira não está disposta a abrir mão de sua dependência frente ao poder público. A sociedade brasileira mostra-se viciada em favores governamentais, em privilégios e subsídios e os políticos não vão desafiar seus eleitores e aprovar cortes de gastos que reduzam as transferências do governo.

O pior dos mundos é continuar nessa desorganização orçamentária que está fazendo explodir o déficit e a dívida pública. Sendo assim, temos que tomar o remédio amargo, e só resta como alternativa recriar a CPMF e viabilizar o reequilíbrio fiscal. Se não for assim, o País irremediavelmente caminhará para um desastre sem precedentes.

pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

DILMA AGUENTARÁ O TRANCO?

*GAUDENCIO TORQUATO

A pergunta é recorrente: Dilma aguentará o tranco ou sairá? Se permanecer, terá condições de resgatar a imagem positiva? Se sair, será pela porta da frente da renúncia ou pela porta dos fundos do impeachment? Para responder a estas intrincadas questões, vejamos, antes, o método de um exímio especialista em análise de governos. Carlos Matus, um dos maiores especialistas mundiais em planejamento governamental, tendo sido ministro de Salvador Allende, dá pistas para as respostas quando expõe sua famosa teoria conhecida como PES - Planejamento Estratégico Situacional. Diferentemente da abordagem tradicional, procura enxergar a realidade e, a partir daí, diagnosticar planos de governo, verificando os fatores e controles que podem torná-los viáveis e eficazes. O PES não é determinista e não se limita ao foco socioeconômico como o planejamento tradicional.

Pois bem, a ação global de um governo resulta de três balanços: a gestão política, a programação macroeconómica e o intercâmbio de problemas específicos. A gestão política abrange a articulação entre o Executivo e a esfera da representação, o que implica aperfeiçoamento das instituições democráticas. Nessa área, o governo Dilma tem deixado a desejar. Está muito aquém dos resultados esperados. A governabilidade atravessa um período de instabilidade, com as tensões entre os dois Poderes e impactos negativos sobre as medidas no campo econômico que o governo encaminhou às casas congressuais. Veja-se o pacote recém-definido pelo Executivo, que inclui a famigerada CPMF, cortes no Sistema "S" e no programa de estímulo às exportações (Reintegra), a par de cortes em alguns programas destinados às classes "C", "D" e "E" (Pronatec, Fies, Prouni, Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida).

Dilma não aprecia a negociação política. É de sua índole. No primeiro mandato, delegou a articulação política a ministros próximos, sob a evidência de que nunca gostou de atender a pressão de representantes para tirar ou nomear seus indicados para cargos na estrutura governativa. Resistiu como pode aos ditames do presidencialismo de coalizão. Transformou-o em presidencialismo de colisão. Hoje, depois de seu entorno sabotar a missão do vice-presidente Michel Temer na frente da articulação política, ela tenta recompor o meio de campo, mas as condições geradas na esteira da desorganização da gestão estão tão deterioradas que será inócuo o esforço para ganhar a confiança de sua própria base partidária. Em matéria de balanço político, entre zero a dez, a nota é algo próximo a três.

Já o balanço macroeconómico gera, em sua lista de benefícios e males, os efeitos políticos e sociais do manejo da economia. Agrega, em suma, os programas para o crescimento econômico, o emprego, o comércio exterior, a taxa de inflação e o bem-estar material, fator este que, em última análise, resulta em mais dinheiro no

bolso e mais tranquilidade social. Ora, o que enxergamos? Um PIB negativo para este ano, com projeção de até menos 2%; uma taxa de desemprego, que gira em torno de 9%, chegando na região metropolitana de São Paulo a mais de 13%; o desincentivo às exportações, com o corte no programa Reintegra; uma inflação que se aproxima de dois dígitos. Esses são os traços que assombram a sociedade, expandindo as necessidades, trazendo o medo e gerando insegurança. A violência volta a crescer. O País se aproxima rapidamente do desemprego. O balanço da economia aponta para uma nota abaixo de cinco.

A terceira área de balanço refere-se aos programas pontuais e temáticos, aqueles mais diretamente ligados às demandas urgentes das populações, como saúde, mobilidade urbana, educação, habitação, saneamento básico, segurança etc. O que dizer deles? Que os governos do PT melhoraram a estrutura social, alavancaram o poder de compra das margens, conseguindo o feito de inserir cerca de 30 milhões de brasileiros no mapa do consumo. Mas esse contingente, a classe "C", começa a perder os ganhos obtidos e a crise econômica ameaça jogá-la no patamar de onde veio. O sentimento de perda amorteceria o espírito. Os equipamentos dos serviços públicos formam um desenho de deterioração. A população carente é a mais atingida. O Produto Nacional Bruto da Infelicidade cresce. E a nota para o balanço social não passa de um quatro.

Ante esses balanços, temos a resposta: com uma nota geral abaixo de cinco, Dilma será reprovada nas áreas política, econômica e social. Se a nota cair mais ainda, até novembro, com o fundamento dos pilares econômicos, formar-se-á o ambiente para a saída da presidente da sala de aula. A locomotiva da economia puxaria o trem da política. E o tal impeachment poderia, até ganharia um argumento legal.

Decisão que caberia aos Tribunais. Nesse caso, a saída seria pela porta do fundo. Já a renúncia equivaleria a uma saída pela porta de frente. Improvável. O caráter da presidente não combina com essa atitude. A permanência na cadeira presidencial vai exigir uma recuperação, mesmo tênue, da alavanca econômica, o que implicará aprovação do pacote político, com aumento de impostos, e um calvário continuado para todas as classes sociais. A radiografia será mais tétrica caso chegue a mostrar tumores provocados pela metástase da "Lava Jato". Ou seja, se a presidente ou o ex-presidente Lula forem flagrados nos dutos da Petrobras. Nesse caso, não haveria tábua de salvação capaz de salvar os naufragos da borrasca.

E o imponderável? Omilares de uma recuperação rápida, com Lula montando o cavalo de São Jorge para matar o dragão da maldade, no caso políticos acusados de tramarem contra o eficiente presidente Dilma? Seria o milagre que tiraria Dilma do inferno e a levaria ao Céu. Tudo é possível. Deus, nesse caso, seria brasileiro e, mais que isso, filiado ao PT.

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gautorquato

JORNAL
integração

EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. -
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO:
René José Rodrigues Fernandes

REDATORA:
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira,
Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e
Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa
Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CEP: 18270-820
e-mail: integracao@assetaplataforma.com.br

Impresso: A Tribuna de Piracicaba -
Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

ASSINE JÁ!
LIGUE 3305.6674